

A PROMOÇÃO DA SAÚDE E DA ATIVIDADE FÍSICA NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

DEBORAH CARVALHO MALTA ^{1,2}; ADRIANA MIRANDA DE CASTRO ¹; DANIELLE KEYLLA ALENCAR CRUZ ¹; CRISTIANE SCOLARI GOSH ¹

Recebido: 20/04/2008

Revisado: 25/05/2008

Aprovado: 12/06/2008

¹ Coordenação Geral de Doenças e Agravos Não Transmissíveis, Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde

² Universidade Federal de Minas Gerais

RESUMO

Estão bem estabelecidas na literatura as evidências dos benefícios da Atividade física na prevenção de DCNT. A Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS) do Ministério da Saúde tem desenvolvido diversas ações visando induzir programas e intervenções de promoção à saúde e atividade física no âmbito do Sistema Único de Saúde. O trabalho atual descreve estas ações, desde a aprovação da Política Nacional de Promoção da Saúde e a priorização da atividade física (AF), o financiamento de projetos de AF em municípios, a avaliação e monitoramento dos mesmos, a organização da vigilância dos fatores de risco e protetores das DCNT, ações de educação em saúde e capacitação.

PALAVRAS-CHAVE: Promoção da saúde, atividade física, avaliação em saúde.

ABSTRACT

PHYSICAL ACTIVITY AND HEALTH PROMOTION IN THE CONTEXT OF THE BRAZILIAN PUBLIC HEALTH SYSTEM

It has been well established in literature the evidence of the benefits of Physical Activity (PA) in NCD prevention. The Health Surveillance Secretariat (SVS) of the Ministry of Health has developed several actions in view of inducing health promotion and physical activity within the Brazilian Health System (SUS). The current paper describes these actions, from the approval of the *National Health Promotion Policy*, *financing of PA projects in municipalities*, *and evaluating and monitoring of them*, *the organizing of the surveillance of the risk factors and protection of NCD health education actions and training*.

KEY-WORDS: Health Promotion, physical activity, evaluation in health.

INTRODUÇÃO

As doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) são responsáveis por cerca de 60% da carga de doenças no Brasil (MALTA et al, 2006). Estimativas globais da OMS indicam que 22% das doenças cardíacas, 10 a 16% dos casos de diabetes tipo 2 e de cânceres de mama, cólon e reto poderiam ser evitados por meio da realização de quantidade suficientes de atividade física (WHO, 2002).

O Ministério da Saúde (MS) assumiu como prioridade a estruturação de ações de promoção à saúde, prevenção e vigilância de DCNT em função das possibilidades existentes para prevenção e controle destas doenças (MALTA, et al, 2006). O trabalho atual descreve as ações desenvolvidas pela Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS), referentes à promoção da saúde e em especial na promoção da Atividade Física no Sistema Único de Saúde, Brasil.

RESULTADOS

Podemos agrupar as ações desenvolvidas nos seguintes eixos:

a) Aprovação da Política Nacional de promoção da saúde e a priorização da atividade física

Em 2006, foi aprovada na Comissão Intergestora Tripartite a Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS). A PNPS constitui um mecanismo de fortalecimento e implantação de uma política transversal, integrada e intersetorial (BRASIL, 2006b).

A PNPS fornece diretrizes e aponta estratégias de organização das ações de promoção da saúde nas três esferas de gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e define dentre as suas prioridades para entre 2006 a 2008 temas como: atividade Física e práticas corporais.

b) Institucionalização do tema da promoção e atividade física

Um marco importante na institucionalização da promoção âmbito do SUS foi a inclusão no Plano Plurianual (PPA) 2008/2011 de um programa e ações voltadas para a promoção da saúde. Foi ainda inserido para monitoramento destas ações o

indicador que mede o incremento dos níveis de atividade física (AF) populacionais nas capitais.

Outra iniciativa consistiu na elaboração de um plano de ação para a atividade física (AF) pela SVS, que articula ações intersetoriais (planejamento urbano, plano diretor das cidades, ênfase na mobilidade urbana e acessibilidade), a proposição de um Comitê Intersetorial para a Estratégia Global, prevendo a participação da sociedade civil e diversas áreas do governo, indução de ações em municípios, e nos vários espaços (escola, trabalho, unidades de saúde), além de proposição de ação de comunicação social e educação em saúde.

c) Indução de ações em municípios

Outra iniciativa em curso consiste no destino de recursos para entes federados visando apoio aos projetos de AF no SUS, o que ocorreu por meio de repasses de recursos fundo a fundo: no ano 2005 (para as 27 capitais), em 2006, financiando 132 municípios em projetos de atividade física, selecionados por meio de edital público; em 2007, financiamento de outros 209 municípios, também selecionados por meio de edital (BRASIL 2006b; BRASIL, 2007a).

d) Organização da vigilância dos Fatores de Risco de protetores das DCNT

O monitoramento das DCNT pressupõe o fluxo sistemático de dados secundários e primários (informação em mortalidade e internações hospitalares e os inquéritos de saúde, destacando-se os fatores de risco). Foram realizados pela SVS os seguintes inquéritos:

i) Inquérito Nacional de Fatores de Risco para Doenças Crônicas em 18 capitais, em 2003-2005, ii) Vigilância de doenças crônicas por inquérito telefônico (VIGITEL) implantada em 2006 em todas as 27 capitais do país, iii) PNAD 2008 – a SVS (MS) acordou com o IBGE a inclusão na PNAD/2008 de um módulo específico sobre fatores de risco para DCNT (atividade física; tabagismo e outros) (BRASIL, 2007b).

e) Educação em saúde e capacitação

Torna-se importante a construção de uma ambiência favorável ao tema da promoção da saúde, pontuamos algumas atividades que marcaram esta nova concepção: em 2005 foi realizado o evento

Brasil Saudável em Brasília e outras capitais: visando divulgar para a população os benefícios da estratégia global de atividade física e alimentação saudável. Em 2006 foi desenvolvido o projeto de comunicação social “Pratique Saúde” veiculando o estímulo à AF, alimentação saudável, prevenção do tabagismo, e em 6 de abril de 2008, foi realizada grande campanha de mobilização em prol da atividade física, convidando a população a se engajar no Time Mais Saúde, “onde a atividade física e o meio ambiente jogam juntos”.

Outra importante ação consiste na formação/capacitação dos técnicos e trabalhadores do SUS. Dentre as ações já realizadas, o MS organizou em 2006 o I Seminário Nacional sobre Atividade Física reunindo representantes dos municípios; em 2007 foi realizado um curso de atualização em avaliação de programas de AF, destinado aos gestores e coordenadores de 132 projetos financiados e em 2008, novo curso para outros 209 municípios. Este curso é o resultado da parceria com o CDC (Center for Disease Control) em Atlanta, e representa uma ação inovadora que traduz a indução no tema de AF, princípios da avaliação e desenvolvimento do modelo lógico dos programas.

f) *Avaliação e monitoramento*

A avaliação se justifica pela necessidade de se construir uma base de evidências que contribua para o avanço das práticas de Promoção da Saúde, visando aprimorá-las.

O Projeto GUIA - Applying Evidence-Based Physical Activity Recommendations in Brazil é fruto desta compreensão e envolve parceria como: Center for Disease Control (CDC - USA), Saint Louis University School of Public Health Prevention Research Center, Organização Pan Americana de Saúde, CELAFISC, UNIFESP e o Ministério da Saúde/SVS. Visando ainda difundir e ampliar a parceria o MS integrou uma rede de Universidades brasileiras (UFPEL, USP, UFMG, UFS) e gestores de Secretarias Municipais de Saúde envolvidas nas avaliações.

Como resultado desta parceria na primeira fase foi produzida uma revisão de literatura científica no Brasil e na América Latina procurando identificar os projetos de intervenção que comprovadamente apresentaram evidências de efetividade. Foram selecionados 16 trabalhos e concluiu-se

pela efetividade de programas que promovem a atividade física na escola (HOENER, et al, 2007). A segunda fase do projeto, em curso, consiste na avaliação dos programas de atividade física existentes no país.

Os seguintes projetos apoiados e financiados pelo MS estão em curso:

- Avaliação dos programas Academia da Cidade do Recife e Curitiba, que constitui uma parceria entre Ministério da Saúde, CDC, UNIFESP, Saint Louis, UFPEL, USP.

- Avaliação dos projetos: Academia da Cidade de Belo Horizonte conduzida pela UFMG, Academia da Cidade de Aracaju conduzida pela UFS e UFPEL com apoio do CDC e Avaliação do SOE (Serviço de Orientação Educacional) em Vitória, conduzida pela UFPEL.

Outro projeto coordenado pelo MS visa a avaliação de processo dos 132 projetos de atividade física financiados pelo MS. Foi elaborado um questionário direcionado aos coordenadores e gestores dos projetos de atividade física e busca avaliar a rede de saúde local, suas características, recursos empregados e avanços.

CONCLUSÃO

Em relação aos eixos aqui apresentados podemos apontar pelo avanço na inserção da promoção à saúde na agenda do SUS, institucionalizando as práticas de promoção da atividade física. Destacamos que as mesmas ainda não estão consolidadas, mas expressam um novo formato, uma tendência crescente nos diversos níveis de gestão. Destacamos avanços, quer seja, na inserção dos programas da promoção da saúde na peça orçamentária, financiamentos destinados aos municípios e estados em projetos de AF, avanços expressivos na vigilância da morbimortalidade e dos fatores de risco e proteção das DCNT, na avaliação dos projetos, nas parcerias, na capacitação de recursos humanos e na educação para a saúde. O campo da promoção está em processo de construção e ainda temos um grande caminho a percorrer, mas estão dados os passos para a sua institucionalização.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Saúde. *Política Nacional de Promoção da Saúde*. Brasília, DF, 60 p. (Série Textos Básicos de Saúde, v. 7). 2006a.
- BRASIL. Edital de financiamento de projetos de atividade física. Edital nº. 2 de 11 de setembro de 2006. Diário Oficial da União. Secretaria de Vigilância em Saúde. Ministério da Saúde, 2006b.
- BRASIL. Edital de financiamento de projetos de atividade física. Edital nº. 1 de 16 de setembro de 2007. Diário Oficial da União. Secretaria de Vigilância em Saúde. Ministério da Saúde, 2007a.
- BRASIL 2006. Ministério da Saúde. *VIGITEL. Vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico: estimativas sobre frequência e distribuição sócio-demográfica de fatores de risco e proteção para doenças crônicas nas capitais dos 26 estados brasileiros e no Distrito Federal em 2006*. Brasília: Ministério da Saúde; 2007b.
- HOEHNER CM, SOARES J, PARRA PEREZ D, et al. Guide for Useful Interventions for Activity (GUIA) in Brazil and Latin America: Systematic Review of Physical Activity Interventions in Latin America. *Am. J. Prev. Med.* 2008; 34(3).
- MALTA, D.C. et al. A construção da vigilância e prevenção das doenças crônicas e agravos não transmissíveis no contexto do Sistema Único de Saúde. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, Brasília, v. 15, n. 3, p. 47-65, 2006.
- WHO. World Health Organization. *World Health Report 2002. Reducing risks, promoting healthy life*. Geneva: WHO; 2002

CORRESPONDÊNCIA

Ministério da Saúde - Secretaria de Vigilância em Saúde - Departamento de Análise de Situação de Saúde
Esplanada dos Ministérios - Bloco G - Edifício-sede - 1º Andar - Sala 142
Cep: 70058-900 - Brasília-DF
e-mail: deborah.malta@saude.gov.br